

GUIA TEMÁTICO

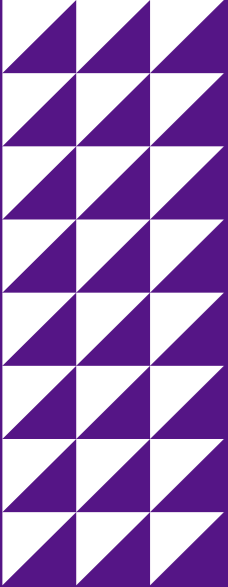
**Recomendações
de políticas
públicas para a
Educação Básica
brasileira**



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO



RAPS
REDE DE AÇÃO POLÍTICA
PELA SUSTENTABILIDADE



GUIA TEMÁTICO

Recomendações de políticas públicas para a Educação Básica brasileira

Este guia foi elaborado pelo Todos pela Educação a pedido da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS) para a segunda edição dos Guias Temáticos RAPS, voltados às candidatas e candidatos da Rede para as eleições de 2022 no âmbito federal e estadual.

NOTA

O conteúdo aqui presente é de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representa, necessariamente, a posição da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – RAPS.



SUMÁRIO

1. Introdução	4
2. Contexto geral da educação básica	6
3. Recomendações de políticas educacionais para as próximas gestões	10
3.1 Premissas	12
3.2 Ações para mitigar os efeitos imediatos da pandemia na educação básica	12
3.3 Contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na educação básica	13
4. Eixo 1: viabilizadores de avanços em escala	15
4.1 Governança	15
4.2 Gestão dos sistemas educacionais	17
4.3 Financiamento	22
5. Eixo 2: fatores escolares essenciais	25
5.1 Professores	25
5.2 Gestão escolar	31
5.3 Políticas pedagógicas	36
6. Eixo 3: caminhos específicos por ciclo	41
6.1 Primeira infância	41
6.2 Alfabetização	45
6.3 Anos finais	48
6.4 Ensino Médio	50
7. Considerações finais	55
8. Referências	56



1. INTRODUÇÃO

Este guia apresenta, à luz do atual contexto do país e tendo em vista as eleições de 2022, contribuições para a elaboração de uma agenda sistêmica para a Educação Básica brasileira nas próximas gestões federal e estaduais. Seu objetivo principal é subsidiar e estimular debates com todos aqueles dispostos a discutir caminhos de políticas públicas que precisam ser seguidos pela União, estados e municípios para que o Brasil possa avançar na garantia do direito à Educação de qualidade para todos. O texto aqui presente é uma síntese de um documento maior, lançado pelo Todos Pela Educação, em abril de 2022, intitulado [“Educação Já 2022: contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na Educação Básica brasileira”](#).

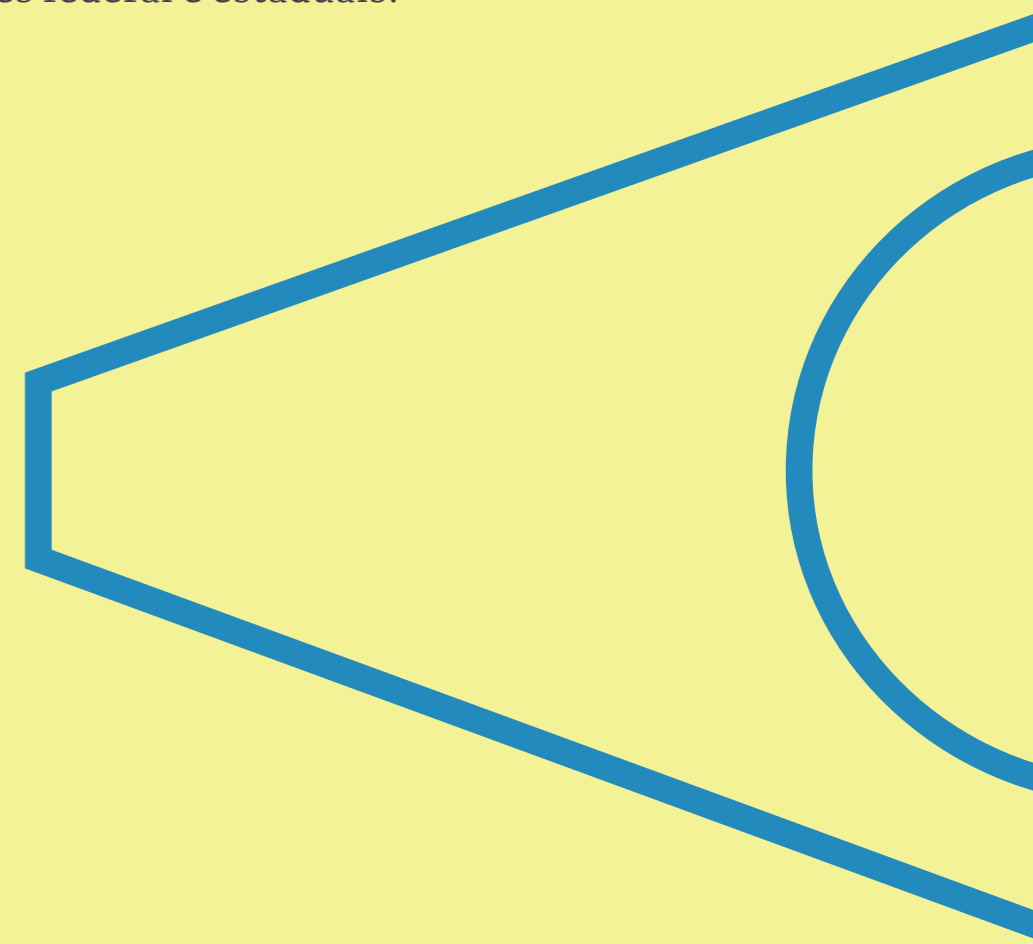
A pandemia trouxe novos desafios para a Educação brasileira e agravou os que já existiam. Seus impactos são de múltiplas naturezas, com efeitos mais críticos entre aqueles em maior situação de vulnerabilidade. As gestões federal e estaduais que serão eleitas em 2022 terão papel fundamental para mitigar os graves efeitos da pandemia e avançar com medidas estruturais capazes de superar desafios históricos da Educação Básica brasileira.

Nesse sentido, este documento apresenta recomendações de políticas públicas que podem orientar a elaboração dos planos educacionais dos próximos governos. Em um primeiro momento, ele elenca ações que precisarão ser implementadas pelo poder público de forma emergencial, por conta dos impactos imediatos associados à pandemia. Mas sua principal contribuição está na apresentação de um conjunto de medidas estruturais para elevar

a qualidade e reduzir as desigualdades dos sistemas educacionais do país ao longo dos próximos anos.

Importante mencionar que este documento não visa propor uma agenda única para a gestão educacional em todo o território brasileiro. Os sistemas educacionais do país possuem diferentes pontos de partida, de forma que os temas e as políticas trazidas neste guia, em particular aquelas que dependem do protagonismo dos entes subnacionais para avançarem, precisam ser contextualizadas para cada realidade.

Para além desta introdução, o documento está dividido em mais duas seções. A primeira apresenta um contexto geral da Educação Básica, expondo alguns de seus principais dados. A seção 2 é a principal, trazendo as recomendações de políticas educacionais para as próximas gestões federal e estaduais.





2. CONTEXTO GERAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A Educação Básica brasileira apresentou avanços relevantes nas últimas décadas, embora ainda tenha desafios substanciais de qualidade e imensas desigualdades, que foram fortemente aprofundados com a pandemia.

Em relação à aprendizagem¹, no período pré-pandêmico o país vinha apresentando melhorias significativas em algumas de suas médias, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, mas ainda com graves lacunas e grandes iniquidades. A figura 1 mostra o percentual de estudantes com aprendizagem adequada² nas diferentes etapas da Educação

FIGURA 1 - PERCENTUAL DE ESTUDANTES COM APRENDIZAGEM ADEQUADA: REDES PÚBLICAS E PRIVADAS (2007 E 2019)

	Língua Portuguesa		Matemática	
	2007	2019	2007	2019
5º Ano do ensino Fundamental	27,9%	61,1%	23,7%	51,5%
9º Ano do ensino Fundamental	20,5%	41,4%	14,3%	24,4%
3ª Série do Ensino Médio	24,5%	37,1%	9,8%	10,3%

Fonte: TODOS PELA EDUCAÇÃO (2022a) com base em Microdados Saeb – Inep/MEC.

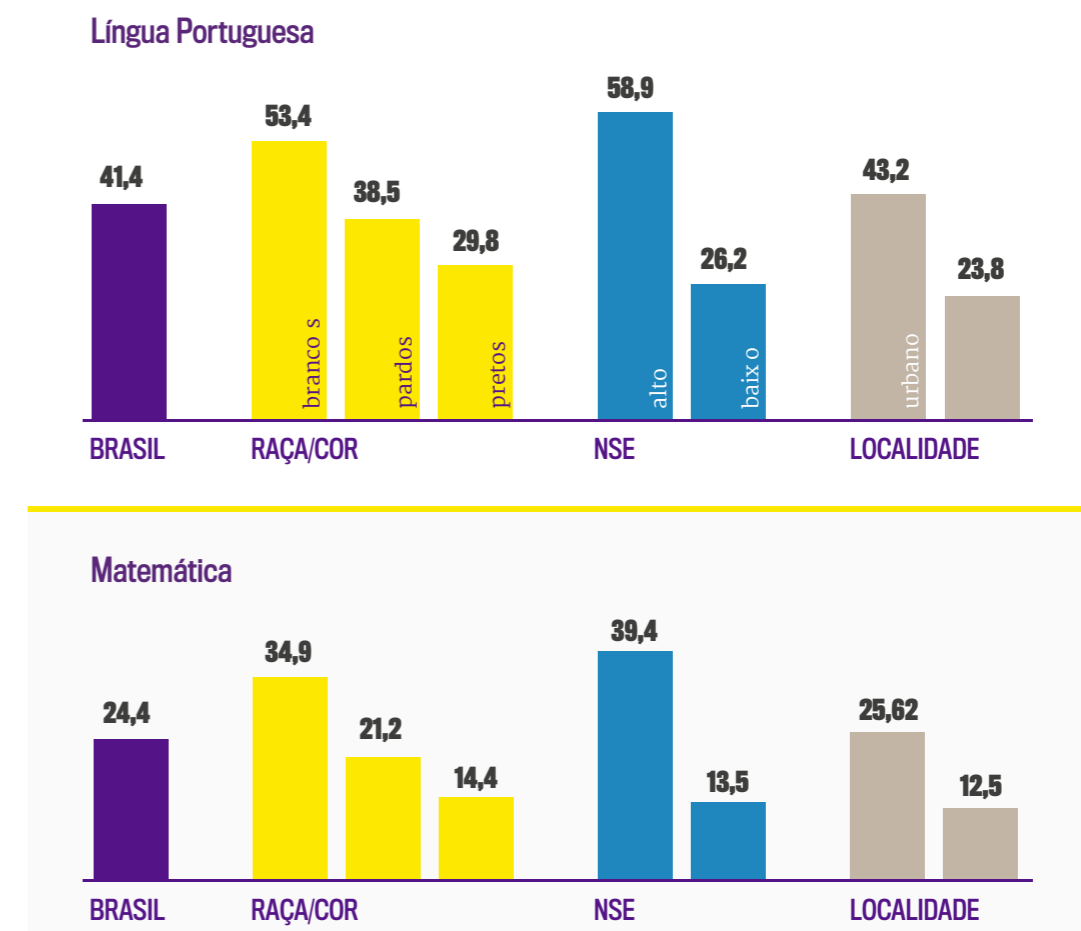
¹ Embora os dados sobre aprendizagem no Brasil sejam provenientes majoritariamente de avaliações de Língua Portuguesa e de Matemática, não se pretende, aqui, sugerir que só essas dimensões são relevantes de serem acompanhadas. Entende-se os objetivos educacionais de maneira muito mais ampla do que somente o avanço nos níveis de proficiência obtido pelos estudantes em avaliações dessas duas disciplinas.

² Os parâmetros sobre o que se considera “aprendizagem adequada” são pontuações na escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), explicitadas em Todos Pela Educação (2019). Como será abordado adiante, o Brasil precisará aprimorar seu sistema nacional de avaliação, buscando, entre outros elementos, repensar os parâmetros de qualidade, fazendo-os convergir com as referências internacionais, para que possam medir habilidades de ordem cognitiva mais alta.

Básica, em 2007 e 2019, permitindo ver a evolução entre esses anos e o cenário ainda crítico que persistia.

À análise das médias devem-se acrescentar recortes étnico-raciais e de nível socioeconômico, como mostra a figura 2. Dessa forma, é possível compreender a desigualdade educacional profunda e persistente no Brasil, que reflete o racismo estrutural e a estrutura econômica e social do país.

FIGURA 2 - PORCENTAGEM DE ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM APRENDIZAGEM ADEQUADA NO SAEB (REDES PÚBLICAS E PRIVADAS, BRASIL, 2019)



Fonte: TODOS PELA EDUCAÇÃO (2022a) com base em Microdados Saeb – Inep/MEC.

Comparações internacionais também mostram desafios de qualidade e equidade na Educação brasileira, como

evidenciam os dados do Pisa/OCDE³. A pontuação média dos alunos brasileiros, em 2018, foi de 413 pontos em Leitura, 404 pontos em Ciências e 384 pontos em Matemática, frente às médias de 487, 489 e 489 pontos, respectivamente, entre os países da OCDE. Os resultados também mostram que apenas metade dos estudantes brasileiros de 15 anos superou, em Leitura, o nível 2 de proficiência, considerado o básico para se participar plenamente da vida social, econômica e cívica da sociedade moderna em um mundo globalizado (OCDE, 2021).

Se os indicadores de aprendizagem já apresentavam um cenário preocupante antes da pandemia, o desafio será ainda maior nos próximos anos, já que as lacunas e desigualdades foram fortemente agravadas com o longo período de fechamento das escolas. Os resultados de avaliações nacionais ainda não foram divulgados, mas pesquisas com dados de estados e municípios já vêm mostrando enormes impactos, com alunos tendo ampliado significativamente suas lacunas de aprendizagem frente ao esperado para a sua idade durante a pandemia (CAEd, 2021).

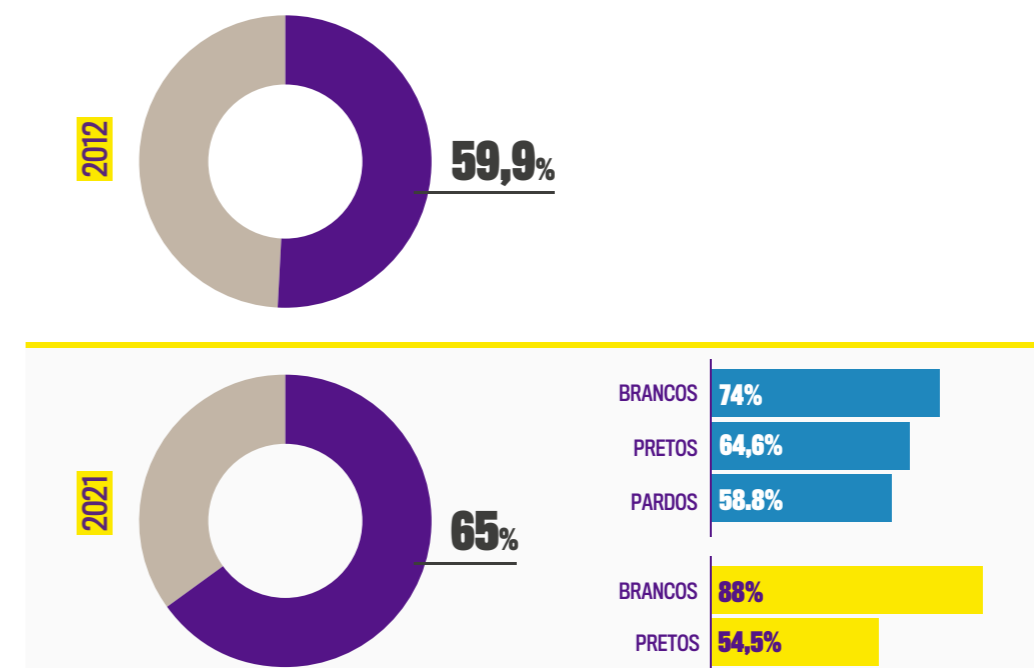
Para além da aprendizagem, outras dimensões do direito à Educação que precisam ser acompanhadas são o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas, o que inclui uma trajetória escolar adequada até a conclusão da Educação Básica. Ambas vinham avançando consistentemente no país, mas ainda enfrentavam desafios e podem ter retrocessos significativos em razão da pandemia.

.....

³ O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), tradução de Programme for International Student Assessment, é um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ele oferece informações sobre o desempenho dos estudantes na faixa etária dos 15 anos.

Em relação à trajetória escolar, destaca-se um primeiro grande desafio: apenas metade dos alunos brasileiros completa os nove anos do Ensino Fundamental em trajetória regular, ou seja, sem alguma intercorrência de evasão, abandono ou repetência (SOARES et al., 2021). Isso, é claro, afeta os indicadores de conclusão da Educação Básica em idade adequada. Em 2021, 65 de cada 100 jovens brasileiros de 19 anos haviam completado o Ensino Médio – número ainda baixo, mas que melhorou consideravelmente, dado que era de 51 para cada 100 em 2012. Vale ressaltar, no entanto, que esse avanço não havia alcançado todos da mesma maneira, como mostra a figura 3.

FIGURA 3 - PORCENTAGEM DE JOVENS DE 19 ANOS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO MÉDIO NO BRASIL.



Fonte: TODOS PELA EDUCAÇÃO (2022a) com base em IBGE/Pnad Contínua.

Em suma, havia avanços importantes na Educação Básica brasileira no período pré-pandemia, embora seja fundamental reconhecer que desafios significativos ainda persistiam, com desigualdades de várias naturezas.



3. RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA AS PRÓXIMAS GESTÕES

Esta seção apresenta recomendações de políticas públicas que buscam orientar os planos educacionais dos próximos governos estaduais e federal, além de oferecer subsídios para orientar a agenda educacional nacional ao longo dos próximos dez anos. Antes de apresentarmos as propostas em si, é importante elencar algumas premissas que as orientam.

3.1 PREMISSAS

- a. **Qualidade para poucos não é qualidade**, exigindo um olhar contundente e intencional nas políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades de diversas naturezas, priorizando e destinando mais recursos e esforços para grupos em situação de maior vulnerabilidade e tendo ações específicas para diferentes grupos, de acordo com suas realidades e demandas.
- b. **Educação antirracista como condição de transformação**, dando ênfase à necessidade de que a perspectiva antirracista e a promoção de uma Educação para as relações étnico-raciais estejam

presentes de maneira específica e transversal em todas as etapas das políticas educacionais.

- c. **Não há saída fácil para problemas complexos**, reforçando que múltiplas frentes de ação precisam ser coordenadas para efetivar avanços substantivos na Educação, incluindo a interação com diferentes áreas governamentais (esforços intersetoriais).
- d. **Mudanças significativas e duradouras na Educação dependem, acima de tudo, de pessoas**, indicando que medidas voltadas para a valorização e a profissionalização das pessoas que trabalham na Educação – em todos os níveis do sistema – devem ocupar lugar central em uma agenda educacional.
- e. **O Brasil tem muito a aprender com o Brasil**, apontando que existem exemplos concretos de estados e municípios brasileiros que estão implementando, com êxito, políticas educacionais em larga escala que devem inspirar e servir de referência para os caminhos a serem seguidos no país.

A partir dessas premissas, estabelecemos as propostas que visam contribuir com os planos educacionais dos próximos governos. Inicialmente, apresentamos, de forma resumida, caminhos para mitigar os efeitos imediatos da pandemia na Educação Básica. Na sequência, são apresentadas recomendações de medidas estruturais, que formam o que aqui chamamos de “contribuições para construção de uma agenda sistêmica”.

3.2 AÇÕES PARA MITIGAR OS EFEITOS IMEDIATOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

- a. **Enfrentamento do abandono e da evasão escolar:** é fundamental que o poder público tenha políticas de busca ativa das crianças e dos jovens que estão fora do sistema educacional, além de ações de prevenção da evasão e do abandono. A rede de proteção social precisa ser fortalecida, com iniciativas intersetoriais.
- b. **Realização de ações de acolhimento e suporte emocional:** é necessário que estratégias de apoio à saúde mental de estudantes e profissionais da Educação tornem-se realidade nas redes de ensino. A composição e a formação adequada das equipes responsáveis pelas ações de acolhimento na escola, a promoção de espaços de escuta e diálogo entre estudantes e profissionais, a intensificação da relação com as famílias e a formação de professores para lidarem com a temática da saúde mental são exemplos de ações importantes.
- c. **Recomposição das aprendizagens:** o ponto inicial deve ser a reorganização curricular, junto com os conselhos municipais e estaduais de Educação. Avaliações diagnósticas devem embasar programas específicos de recomposição das aprendizagens, que devem ter estratégias, metodologias e materiais pedagógicos próprios. Um exemplo é a formação de turmas temporárias menores, com estudantes com níveis de aprendizado mais próximos, que recebem atividades pedagógicas focadas nos conhecimentos

e nas habilidades que ainda precisam desenvolver. A formação dos professores para essa nova realidade e a oferta das devidas condições para realizarem as ações necessárias são premissas centrais.

- d. **Promoção da inclusão digital:** é urgente investir na inclusão digital no país, que ainda conta com milhões de estudantes sem acesso à conectividade e a dispositivos digitais. Garantir conectividade e infraestrutura tecnológica de qualidade em todas as escolas públicas e assegurar o acesso a equipamentos e à internet para os professores e estudantes são pontos fundamentais a serem endereçados em curto prazo para garantir uma real mitigação dos efeitos da pandemia na aprendizagem. O desenvolvimento de plataformas de ensino e avaliação, sempre prezando pela acessibilidade, soma-se à necessidade de formação de profissionais para que as tecnologias sejam realmente utilizadas em prol da aprendizagem de todos.

3.3 CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA SISTÊMICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ainda que o cenário atual exija esforços emergenciais, o avanço de uma agenda sistêmica de medidas estruturais capazes de dar sequência a importantes políticas efetivadas antes da pandemia e introduzir outras mudanças e inovações necessárias é o único caminho para que o país consiga fazer frente ao maior desafio da Educação Básica: oferecer ensino de qualidade para todos os estudantes brasileiros.

A figura 4 apresenta recomendações de políticas que, se priorizadas ao longo dos próximos dez anos (2023–2032), têm o potencial de elevar substancialmente a qualidade dos sistemas educacionais do país e reduzir as desigualdades ainda tão presentes e aprofundadas com a pandemia.



FIGURA 4 - VISÃO GERAL DAS DEZ MEDIDAS ESTRUTURAIS.

Fonte: TODOS PELA EDUCAÇÃO (2022a).

O conjunto de recomendações é composto por dez medidas estruturais articuladas entre si. Ainda que isso não

signifique encarar todos os desafios simultaneamente, a literatura mais recente estabelece, de maneira enfática, que é o efeito da interação entre diferentes esforços, articulados sistemicamente entre si, que pode produzir melhorias substanciais nos sistemas educacionais, e não a adoção de políticas, programas ou projetos isolados (FULLAN; QUINN, 2015; FULLAN; GALLAGHER, 2020; PAYNE, 2008; PRITCHETT, 2015). As dez medidas estão organizadas em três grandes eixos, como mostra a figura 4.

4. EIXO 1: VIABILIZADORES DE AVANÇOS EM ESCALA

4.1 GOVERNANÇA

Fortalecimento da governança nacional da Educação Básica

Ainda são muitos os desafios de coordenação e de pactuação das políticas públicas na Educação brasileira. Considerando o sistema federativo do país, a governança e as regras estabelecidas de atribuições, competências e colaboração entre União, estados e municípios ainda não se mostraram suficientes para uma organização efetiva dos sistemas educacionais e consequente melhoria nos resultados da Educação.

Diante desse contexto, melhorias da qualidade educacional podem ser impulsionadas por meio de uma maior cooperação entre os entes federativos, buscando o fortalecimento das capacidades de todas as esferas para as políticas públicas educacionais.

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA O GOVERNO FEDERAL

- **Regulamentar e implementar o Sistema Nacional de Educação, de modo a estimular a pactuação de políticas educacionais e a colaboração dos entes na gestão da Educação brasileira.**

O fortalecimento da governança da Educação Básica brasileira pode avançar de forma mais robusta a partir da regulamentação do Sistema Nacional de Educação (SNE), previsto na Constituição Federal (art. 214). Essa discussão tem avançado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal⁴. A exemplo das áreas da Saúde e da Assistência Social, que já têm consolidado seus sistemas nacionais (SUS e SUAS, respectivamente), é fundamental estruturar o SNE visando uma melhor pactuação das políticas educacionais entre as esferas de governo, na busca de melhorias de eficiência e eficácia da gestão dos sistemas e de redução das desigualdades educacionais do país (ABRUCIO; FRANZESE, 2013; BRASIL, 2015; RAWKINS et al., 2021).

É fundamental que sejam estabelecidas responsabilidades claras de cada ente na oferta educacional e instâncias de pactuação tripartite (entre União, estados e municípios) e bipartite (entre estados e municípios em cada Unidade da Federação) para que todas as esferas atuem de forma mais articulada e conjunta (ABREU; MARTINS, 2019; TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021b). A colaboração subnacional deve ser estimulada pelo SNE. E destaca-se a importância de a pactuação das políticas nacionais passar a ser uma

.....

⁴ Em março de 2022, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 235/2019, que institui o Sistema Nacional de Educação, foi aprovado no Senado Federal em votação unânime. Ele foi enviado para a Câmara dos Deputados e, até julho de 2022, estava em análise e discussão.

premissa básica do Ministério da Educação (MEC), que deve ser coordenador, apoiador e indutor de avanços nas redes de ensino, buscando reduzir as enormes iniquidades ainda existentes na Educação do país.

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA OS GOVERNOS ESTADUAIS

- **Exercer o papel de coordenação da política educacional em seu estado, fortalecendo o regime de colaboração com os municípios para melhorias da oferta da Educação.**

Cabe aos governos estaduais a responsabilidade de zelar pela qualidade da Educação de cada cidadão que mora na sua Unidade da Federação, e não apenas a dos alunos da rede estadual de ensino. É fundamental, para isso, fortalecer o regime de colaboração entre o governo estadual e os municípios, com diálogo e pactuação constantes, visando a implementação de ações de apoio às políticas educacionais das redes municipais.

4.2 GESTÃO DOS SISTEMAS EDUCACIONAIS

Modernização da gestão dos órgãos da administração pública educacional

Avanços na qualidade do sistema educacional passam por melhorias da capacidade de gestão dos órgãos da administração pública responsáveis pela Educação, em especial o Ministério e as Secretarias de Educação estaduais e municipais. Sem isso, as medidas aqui propostas não terão condições de serem bem formuladas, implementadas e sustentadas de forma efetiva ao longo do tempo.

Um ponto crucial neste debate é o entendimento de que a modernização da gestão educacional passa por práticas bem consolidadas de gestão organizacional e, também, pelo fortalecimento da capacidade dos gestores da política educacional, tanto no órgão central como nos órgãos regionais de ensino, de liderar, mobilizar e engajar pessoas.

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA OS GOVERNOS ESTADUAIS

- **Aprimorar a organização de funções e responsabilidades dentro do Ministério da Educação e entre suas autarquias.**

A organização de funções entre secretarias do Ministério da Educação e entre o Ministério e suas autarquias (como a Capes, o FNDE e o Inep) ainda é marcada por indefinições e sobreposições de responsabilidades. Portanto, faz-se extremamente necessário dar mais clareza ao que é esperado de cada uma dessas instâncias. Além disso, é preciso que questões sobre a terceirização de atividades sejam revistas, uma vez que o Ministério tem terceirizado atribuições estratégicas e internalizado trabalhos operacionais.

- **Desenvolver uma política de Recursos Humanos voltada para o fortalecimento do quadro técnico do Ministério da Educação e de suas autarquias.**

A qualidade do quadro de pessoal da gestão federal é fator decisivo para uma boa condução do Ministério da Educação. Ocorre, no entanto, que as políticas de

Recursos Humanos ainda são muito frágeis, dificultando a valorização, a atração, o desenvolvimento e a retenção de profissionais. É essencial que se desenvolva uma política de Recursos Humanos à altura da relevância e dos desafios do MEC.

- **Adotar boas práticas de gestão e institucionalizá-las no âmbito do Ministério da Educação.**

Para que o MEC possa exercer com excelência seu papel, é necessário que se faça um amplo esforço de adoção e de institucionalização de boas práticas de gestão de suas políticas e processos. Destaca-se, adicionalmente, a necessidade de aprimorar a gestão orçamentária do MEC, detectando oportunidades de uso mais eficiente dos recursos e dando mais transparência às despesas e investimentos da pasta.

- **Atualizar o parque tecnológico da gestão federal da Educação.**

A tecnologia da informação é fator central para a evolução da gestão do MEC, mas o parque tecnológico da gestão federal da Educação encontra-se defasado, com sistemas pouco otimizados e apresentando pouca integração entre si. É preciso garantir orçamento e prioridade para atualizar esse parque tecnológico que envolve o MEC e suas autarquias.

- **Criar um robusto programa de apoio à melhoria de gestão das Secretarias de Educação.**

É importante que o Ministério da Educação reveja suas ações de apoio à gestão das Secretarias, criando estratégias mais efetivas para essa finalidade, e disponibilize ferramentas e referenciais para dar suporte às diferentes áreas e necessidades da gestão educacional.

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA OS GOVERNOS ESTADUAIS

- **Compor uma equipe gestora altamente competente e investir na qualificação dos servidores da Secretaria de Educação.**

É essencial que sejam selecionados(as) secretários(as) e equipes com as competências técnicas, políticas e atitudinais necessárias para os seus respectivos cargos. A formação, a qualificação e a retenção do quadro de servidores também são elementos essenciais, inclusive para permitir a continuidade e a sustentação de políticas educacionais ao longo do tempo. Assim, torna-se importante criar carreiras atrativas e bem desenhadas para especialistas e gestores de políticas públicas sociais.

- **Fortalecer a gestão estratégica da Secretaria de Educação.**

Logo no início da gestão, é fundamental que as Secretarias de Educação elaborem ou atualizem um planejamento estratégico de médio a longo prazo, a partir de um diagnóstico preciso da situação atual e do diálogo com os atores da comunidade escolar, do

Conselho Estadual de Educação, de outros Poderes de Estado e de representações da sociedade civil. Para que o planejado possa tornar-se realidade, é preciso instituir ritos e instrumentos de gestão para resultados, com acompanhamento frequente de indicadores, monitoramento das ações e eventuais correções de rota.

- **Adotar um modelo de gestão democrática baseado na cultura colaborativa e no compartilhamento de propósito entre os atores do sistema educacional.**

Professores e gestores das escolas devem ser consultados e participar da construção de diretrizes, planejamentos e ações, de modo que contribuam, identifiquem-se, apropriem-se e tenham um maior grau de comprometimento com as políticas da Secretaria. Mais do que buscar o diálogo com a rede, é preciso que os princípios e as práticas de gestão da Secretaria sejam pautados pela ideia de que alterações profundas nos resultados educacionais só ocorrem por força, coesão, colaboração e atuação conjunta de todos os envolvidos.

- **Aprimorar a capacidade administrativa da Secretaria de Educação, otimizando seus processos de gestão.**

É preciso aprimorar a capacidade administrativa da Secretaria, qualificando processos de gestão cruciais para a efetivação de boas políticas públicas. Entre eles, estão os processos de gestão de Recursos Humanos (como o de alocação de professores nas escolas), de compras e licitações (referentes a merenda, materiais e

transporte, por exemplo), de obras e de gestão financeiro-orçamentária. É também fundamental viabilizar a constante melhoria dos sistemas de tecnologia da informação que apoiam a gestão interna da Secretaria e a adoção de tecnologias capazes de fortalecer os processos de ensino e aprendizagem nas escolas.

- **Estabelecer uma estrutura capaz de oferecer sólido apoio às escolas.**

É extremamente relevante assegurar a existência e reforçar a atuação, na Secretaria, de setores e/ou equipes responsáveis por atividades essenciais para a garantia da aprendizagem, como a avaliação, a formação de professores e a elaboração de materiais pedagógicos. Além disso, as equipes responsáveis por acompanhar e apoiar diretamente o trabalho das escolas (atividade usualmente chamada de “supervisão escolar”) precisam ser bem estruturadas, com profissionais que entendem do dia a dia escolar e sejam o elo entre as políticas educacionais da Secretaria e as unidades escolares.

3. FINANCIAMENTO

Implantação de um financiamento mais distributivo e indutor de qualidade

Com melhorias da gestão das redes educacionais, proteger e ampliar os investimentos por aluno na Educação Básica é uma agenda fundamental para possibilitar o avanço de mudanças estruturais em escala. Um grande destaque na agenda do financiamento educacional foi a aprovação, em 2020, do

Novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). O Fundeb é o principal mecanismo de financiamento da Educação Básica, redistribuindo recursos entre os entes subnacionais de cada Unidade da Federação e contando com uma complementação financeira da União, destinada aos entes mais pobres. Com regras mais redistributivas e com ampliação do aporte feito pelo governo federal, o Novo Fundeb deverá levar o país a um expressivo aumento no patamar mínimo de investimento por aluno entre as redes de ensino.

Além da instituição do Novo Fundeb, a Emenda Constitucional nº 108 trouxe uma importante mudança visando a criação de incentivos para o avanço dos resultados educacionais dos municípios brasileiros. Ela alterou as regras de distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) entre estados e municípios, instituindo que parte dessa distribuição – ao menos 10% do que deve ser repassado às prefeituras – deve ter como critério indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerando o nível socioeconômico dos educandos.

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA O GOVERNO FEDERAL

- **Regulamentar e implementar os mecanismos redistributivos e indutores de qualidade aprovados no Novo Fundeb.**

A aprovação do Novo Fundeb permitirá, ao longo dos próximos anos, que o Brasil reduza o subfinanciamento

educacional crítico que ainda persiste, especialmente nos municípios mais pobres. É necessário finalizar as regulamentações pertinentes e implementá-las até outubro de 2023, conforme previsto em lei.

- **Aprimorar as transferências do governo federal aos estados e municípios e o Salário-Educação, dando a eles caráter mais redistributivo.**

É fundamental que se revejam outras transferências do governo federal aos estados e municípios, ampliando-as e tornando-as mais equitativas, como aquelas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate). Além disso, o Salário-Educação também pode avançar para ter maior caráter pró-equidade.

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA OS GOVERNOS ESTADUAIS

- **Instituir nova regra de distribuição do ICMS aos municípios, induzindo a melhoria nos resultados educacionais com redução de desigualdades.**

Nos próximos anos, é preciso que as regras de distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) entre os municípios considerem indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade na Educação.

- **Criar um mecanismo de financiamento das escolas que preze pela redução das iniquidades.**

As redes de ensino necessitam avançar no sentido de um financiamento mais redistributivo entre suas escolas, destinando mais recursos e buscando oferecer melhores condições para aquelas que atendem alunos em situação de maior vulnerabilidade. Mecanismos de financiamento de escolas também podem ser desenhados com caráter de incentivo ao avanço nos resultados e colaboração entre diferentes unidades⁵.

5. EIXO 2: FATORES ESCOLARES ESSENCIAIS

5.1 PROFESSORES

Valorização e fortalecimento da profissão docente

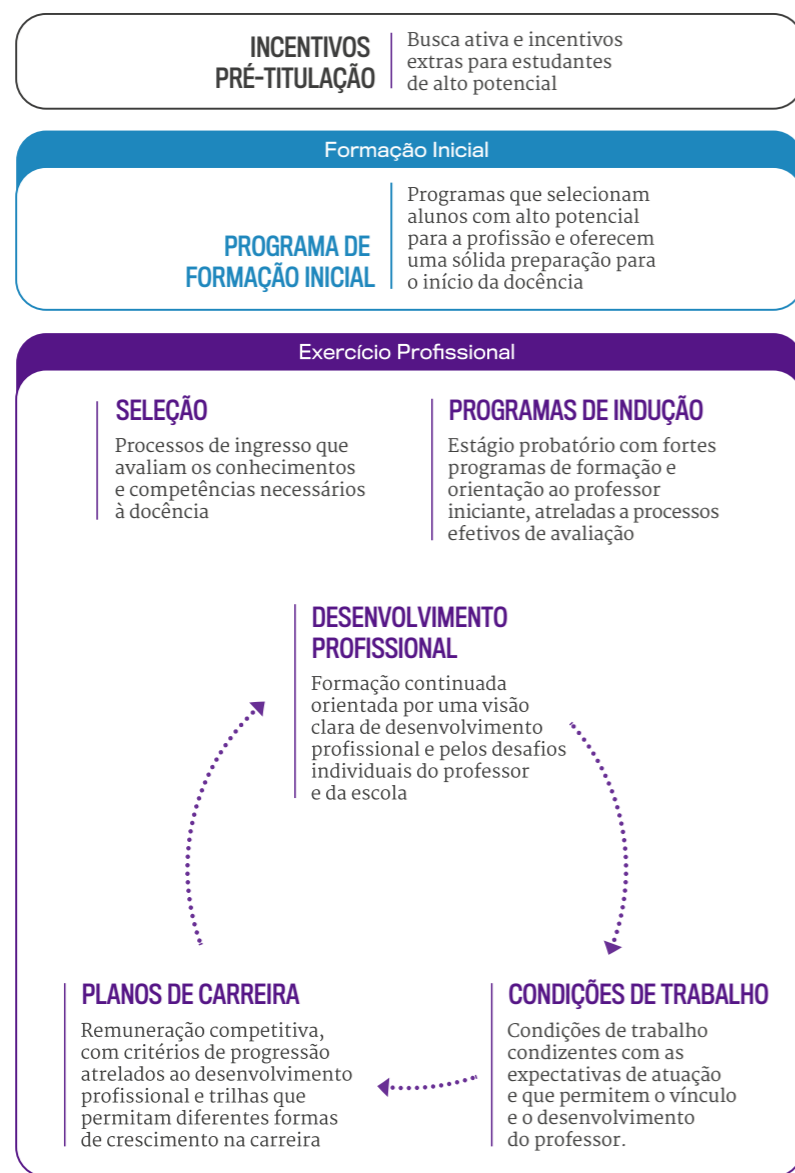
Não há Educação de qualidade sem professores bem-preparados, motivados e com as devidas condições de ensinar (BARBER; MOURSHED, 2007; BRUNS; LUQUE, 2015; ELACQUA *et al.*, 2018). Desenvolver uma profissão docente forte é, portanto, um objetivo-chave de diversos sistemas reconhecidos pela qualidade da Educação que ofertam (DARLING-HAMMOND *et al.*, 2017).

É preciso ir muito além da visão – muitas vezes predominante no debate educacional – de que apenas o estabelecimento de metas, avaliações e incentivos são suficientes para a melhoria da prática pedagógica dos professores (MEHTA, 2013). Os desafios são sistêmicos e complexos, exigindo, portanto, um conjunto de políticas

.....
⁵ Um ótimo exemplo de um mecanismo financeiro que combina incentivos e indução à colaboração é o Prêmio Escola Nota 10, do Ceará, que premia as escolas com melhores resultados com recursos financeiros para serem investidos na unidade. Contudo, a escola premiada só recebe todo o valor da premiação se apoiar uma outra escola com resultados piores, que também recebe recursos do estado para melhorar seu desempenho.

estruturadas de forma articulada, coerente e sistêmica. A figura 5 apresenta um panorama dos principais fatores a serem considerados, que passam pela atração de estudantes com uma base sólida no Ensino Médio para os cursos de formação docente, pelo fortalecimento da formação inicial dos futuros professores nas instituições de Ensino Superior e pelo desenvolvimento profissional dos docentes que estão atuando em sala de aula.

FIGURA 5 - VISÃO SISTÊMICA PARA AS POLÍTICAS DOCENTES



Fonte: TODOS PELA EDUCAÇÃO (2022a).

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA O GOVERNO FEDERAL

- **Criar programa nacional de atratividade da profissão docente.**

É preciso criar programas e mecanismos que busquem atrair estudantes de bom desempenho acadêmico no Ensino Médio para os cursos de formação inicial docente e inseri-los de maneira qualificada na profissão. Espera-se que o governo federal lance mão de estratégias que, em conjunto com estados e municípios, ajudem na valorização dos professores perante a sociedade. Alguns exemplos são campanhas nacionais de valorização da profissão docente e incentivos financeiros diretos, como bolsas de estudo para que jovens de alto potencial procurem os cursos de formação de professores.

- **Reestruturar a oferta da formação inicial de professores no país.**

É importante uma ampla política buscando aprimorar a qualidade da formação ofertada nos cursos de formação inicial (novos e já existentes), independentemente da modalidade e da rede em que são ofertados, para que sejam capazes de, efetivamente, preparar os futuros professores para o início do exercício da profissão. Isso pode ser feito por meio de melhores mecanismos de regulação, de avaliação (dos cursos e de seus egressos, como o Enade) e de incentivos (via Fies e ProUni, por exemplo), buscando estimular cursos que, entre outras características, tenham o foco no conhecimento pedagógico do conteúdo (como ensinar o que está previsto na Base Nacional Comum

Curricular) e na residência pedagógica em escolas públicas desde o início da graduação.

- **Instituir iniciativas de promoção, indução e apoio às políticas das Secretarias de Educação que visam ao fortalecimento da profissão docente.**

Há um importante papel que o Ministério da Educação pode exercer, em pactuação com estados e municípios, na definição de diretrizes e parâmetros que os orientem na reestruturação e no fortalecimento de temas como critérios de ingresso, estágio probatório, estrutura de progressão e planos de carreira, melhorias salariais, regimes de contratação, uso do “um terço” da carga horária dedicado a atividades extraclasse e políticas de formação continuada. O MEC pode oferecer assistência técnica e lançar mão de uma política de indução financeira para as redes avançarem nesta direção.

Por fim, é essencial que o MEC tenha um protagonismo nas discussões legislativas para que se atualize a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional, definindo regras que viabilizem, de forma sustentável, a necessária valorização do Magistério nos estados e municípios.

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA OS GOVERNOS ESTADUAIS

- **Realizar um amplo diagnóstico e planejamento do quadro de professores.**

As Secretarias de Educação precisam realizar um planejamento contínuo de seu quadro de profissionais,

diagnosticando não apenas eventuais necessidades imediatas de professores em determinados municípios ou determinadas disciplinas, mas, também, antevendo grandes mudanças no modelo das escolas ou demográficas.

- **Estabelecer um plano de carreira atrativo e sustentável.**

As carreiras precisam estar alinhadas às discussões mais recentes de gestão de pessoas no setor público, sobretudo para serem capazes de atrair jovens talentos. Salários e benefícios competitivos frente a outras ocupações com igual formação e complexidade, analisados dentro da realidade de cada local, novas responsabilidades conforme a progressão na carreira e evoluções baseadas em competências profissionais orientadas para a melhoria da prática pedagógica são alguns dos pressupostos-chave para orientar a reestruturação de carreiras docentes. Ao mesmo tempo, é preciso construir perspectivas profissionais para professores com contratos por tempo determinado.

- **Garantir uma rotina e condições de trabalho docente que favoreçam uma atuação pedagógica de qualidade.**

É necessário enfatizar a importância da dedicação exclusiva dos docentes às unidades escolares, com contratos atraentes de 30 a 40 horas semanais e a garantia do tempo extraclasse previsto em lei sendo utilizado de maneira efetiva⁶. Ainda, as redes devem buscar oferecer apoio à saúde física e

.....
⁶ O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) possui um documento com diretrizes orientadoras para tornar o uso do “um terço” de hora-atividade para formação continuada mais efetivo. Ele pode ser acessado em: <https://www.consed.org.br/storage/download/5c914252db4c4.pdf>

mental dos docentes, que, usualmente, apontam a grande prioridade que deve ser dada a essa temática.

- **Fortalecer a política de formação continuada de forma atrelada ao desenvolvimento profissional na carreira.**

É central que as Secretarias de Educação invistam em políticas de formação continuada⁷, que, se bem estruturadas e implementadas, podem gerar grandes melhorias para a prática docente⁸. Uma concepção importante que deve ser incorporada à formação de professores é a do desenvolvimento profissional, orientado pelas necessidades individuais do professor e da escola e que seja atrelado à evolução na carreira docente. As formações docentes também devem atentar-se à promoção de uma Educação inclusiva, antirracista e que busque contribuir com a diminuição do estigma, do *bullying*, do preconceito, da discriminação e da violência que tantos estudantes ainda sofrem nas escolas⁹.

- **Para futuros professores da rede, qualificar os processos de seleção e estágio probatório.**

É fundamental que se aprimorem os processos de

.....

⁷ Movimento que deve ser feito em linha com dispositivos presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais e na Base Nacional Curricular da Formação Continuada, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologadas pelo MEC em 2020.

⁸ Algumas características comuns de iniciativas eficazes de formação continuada de professores são: (i) foco no conhecimento pedagógico do conteúdo, que envolve o que e como ensinar o que se prevê no currículo; (ii) uso de métodos ativos de aprendizagem; (iii) trabalho coletivo entre docentes; (iv) duração prolongada da formação; e (v) coerência da formação com outras políticas da rede de ensino (MORICONI *et al.*, 2017).

⁹ Especificamente para combater o preconceito sofrido pelos estudantes LGBTQIA+, o “Manual de Educação LGBTI+” é uma referência, ao trazer orientações aos professores sobre como promover o respeito à diversidade sexual nas escolas. Ele pode ser acessado aqui: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/enciclopedia-lgbti/02-manual-de-educacao-lgbti/>.

seleção de profissionais (tanto os concursos públicos para aumento do quadro de docentes efetivos como os processos simplificados para a contratação de professores temporários), para que contemplem a avaliação de competências relacionadas à prática pedagógica. Além disso, é preciso implementar programas de formação e de apoio a professores iniciantes e regulamentar a avaliação do estágio probatório após os três primeiros anos de exercício profissional.

- **Criar programas de atração e de inserção qualificada à profissão docente.**

Por fim, também vislumbrando as futuras contratações que precisará fazer, as Secretarias Estaduais podem criar políticas próprias de atração e de formação de jovens que estejam estudando para a docência, por meio de bolsas de estudo e permanência focalizadas para aqueles com base sólida na Educação Básica, que exijam a atuação na própria rede e prevejam uma inserção progressiva e qualificada no ambiente escolar.

5.2 GESTÃO ESCOLAR

Avanços na profissionalização e no apoio à gestão escolar

Para além da qualidade individual dos professores, a fronteira do conhecimento sobre transformações educacionais aponta que é o trabalho colaborativo do corpo docente em cada uma das escolas que, de fato, pode fazer a

diferença na melhoria da aprendizagem dos alunos no nível da rede (HARGREAVES; FULLAN, 2012; HATTIE, 2015).

Nessa linha, múltiplas pesquisas evidenciam o papel central dos diretores escolares e de suas equipes (no Brasil, comumente compostas por um vice-diretor, coordenadores pedagógicos e técnicos responsáveis por questões financeiras e administrativas da unidade) na melhoria do processo de ensino-aprendizagem (BROOKE; SOARES, 2008; DARLING-HAMMOND *et al.*, 2007; FULLAN, 2014; GRISSOM *et al.*, 2021). A adoção de medidas para apoiar e fortalecer a gestão das escolas é, portanto, de suma importância para a melhoria dos sistemas educacionais.

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA O GOVERNO FEDERAL

- **Instituir a Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar e disseminá-la para as Secretarias de Educação.**

A Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar (BNC Diretor Escolar), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 2021, tem potencial para impulsionar mudanças na gestão escolar em nível nacional. Considerada fundamental para nortear e trazer mais coerência para as diversas políticas de gestão escolar das redes de ensino, a BNC Diretor Escolar precisa ser homologada pelo Ministério da Educação, também responsável por liderar um amplo processo de discussão e de disseminação do documento entre as redes de ensino.

- **Implementar estratégias de melhoria da qualidade dos cursos de gestão escolar no Ensino Superior.**

O Ministério da Educação tem o papel de aprimorar seus mecanismos de regulação, avaliação e indução de melhorias dos cursos de gestão escolar nas instituições de Ensino Superior. Atualmente, essas formações são oferecidas como parte das graduações em Pedagogia ou por meio de cursos de especialização *lato sensu*, mestrado e doutorado¹⁰.

- **Instituir, no Ministério da Educação, iniciativas de apoio às políticas de gestão escolar das Secretarias de Educação.**

O Ministério da Educação pode atuar de forma determinante, a partir de apoio financeiro e de suporte técnico, para o avanço das mudanças necessárias nos estados, tais como a disponibilização de diretrizes orientadoras nacionais e a oferta de instrumentos, ferramentas e sistemas que apoiem as Secretarias de Educação em suas políticas de gestão escolar.

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA OS GOVERNOS ESTADUAIS

- **Definir as competências e as atribuições esperadas dos gestores escolares.**

Para embasar suas políticas de gestão escolar, é importante que a Secretaria da Educação defina as competências e as atribuições esperadas de seus gestores

.....
10 Conforme o disposto na Resolução nº 2/2019, do Conselho Nacional de Educação.

escolares, para dar maior clareza a esses profissionais sobre o que se espera de sua atuação, além de nortear e dar coerência às ações da rede nesse campo. O processo deve ser feito de forma pactuada e dialogada com as equipes gestoras e, no caso dos diretores, ter como referência a normativa nacional existente (BNC Diretor Escolar).

- **Aprimorar os processos de seleção, formação pré-serviço e alocação dos gestores nas unidades escolares.**

Profissionalizar os processos de seleção dos gestores escolares, utilizando incentivos para elevar a atratividade dos cargos e considerando critérios técnicos de avaliação¹¹, é uma medida central. Também é essencial assegurar que os futuros gestores recebam uma formação antes de ingressar na função.

As Secretarias também precisam desenhar processos efetivos de alocação dos gestores nas unidades escolares, levando em conta, por um lado, as competências e a experiência de cada profissional e, do outro, a complexidade de gestão, os resultados educacionais e as características das escolas.

- **Ofertar formações buscando o desenvolvimento profissional contínuo dos gestores escolares.**

.....
¹¹ Tanto a Meta 19 da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), como o art. 14, da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), mencionam a necessidade de utilização de critérios técnicos, combinados ou não com a participação da comunidade escolar, na seleção de diretores escolares.

As Secretarias têm a responsabilidade de implementar ações de formação adequadas às diferentes fases de desenvolvimento profissional dos gestores escolares. Também devem realizar avaliações periódicas com os gestores escolares para identificar suas dificuldades e embasar seus processos formativos. Por fim, é papel das Secretarias incentivar e viabilizar momentos de intercâmbio e ações de cooperação entre diferentes escolas.

- **Garantir as devidas condições para o exercício da gestão nas escolas.**

Para que a equipe gestora consiga realizar um trabalho efetivo, é necessário que seja composta por profissionais preparados e em quantidade adequada para dar conta do nível de complexidade e dos desafios de cada escola. Cabe à Secretaria de Educação assegurar que todas as unidades escolares tenham uma equipe gestora à altura de suas necessidades e que esses profissionais disponham de ferramentas de gestão, recursos financeiros e autonomia para contextualizar e implementar as políticas educacionais em consonância com a realidade de cada escola¹².

- **Fortalecer a relação e a ação conjunta entre a Secretaria de Educação e a gestão das escolas, a partir de sólida estrutura de apoio.**

A estruturação de uma equipe de técnicos responsáveis por acompanhar e apoiar a gestão das unidades escolares

.....
¹² O caso de Sobral traz um bom exemplo de como garantir autonomia para a gestão escolar, com apoio efetivo da Secretaria de Educação (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021c). Esse ponto também é bem discutido no trabalho de Bloom *et al.* (2015).

da rede (geralmente, chamados de “supervisores de ensino”) é fundamental para o trabalho administrativo e pedagógico de cada uma delas. Construção de uma cultura colaborativa, abertura de espaço para participação na tomada de decisões e pactuação de metas para o avanço nos resultados educacionais com equidade estão entre algumas das ações importantes de serem realizadas para aproximar a Secretaria de Educação e diretores das escolas¹³.

5.3 POLÍTICAS PEDAGÓGICAS

Implementação dos currículos reelaborados à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada entre 2017 e 2018¹⁴, é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os estudantes têm o direito de desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Ela reforça, assim, a necessidade da definição de metas claras de aprendizagem e orienta os currículos das redes de ensino de todo o país.

A partir da aprovação da BNCC, redes estaduais, em regime de colaboração com redes municipais, dedicaram-se à reelaboração de seus referenciais curriculares¹⁵. Agora, estão com o imenso desafio – e a oportunidade – de, a partir

.....

13 Uma boa prática exercida por algumas Secretarias de Educação é o estabelecimento de contratos de gestão entre o órgão central e a direção das escolas, em que se pactuam objetivos e metas a serem cumpridos ao longo do tempo, facilitando o *accountability* dos gestores escolares.

14 As seções da BNCC referentes à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental foram aprovadas em 2017, enquanto a seção referente ao Ensino Médio foi aprovada em 2018.

15 Mais de 98% das redes municipais e 22 redes estaduais já têm seus currículos construídos à luz da BNCC, segundo o Observatório da Implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio. Para mais informações, acesse: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/>.

desses novos currículos, articular diferentes elementos de sua gestão pedagógica: projetos pedagógicos, materiais didáticos, formação de professores e avaliações. A coerência entre esses elementos pedagógicos, tendo o currículo como eixo unificador, é pilar central de sistemas educacionais que conseguem garantir a aprendizagem de seus estudantes e, ao mesmo tempo, reduzir as desigualdades.

Nos próximos anos, é preciso que a estruturação de políticas pedagógicas, a partir dos currículos elaborados à luz da BNCC, esteja no centro das atenções de todas as gestões educacionais brasileiras.

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA O GOVERNO FEDERAL

- **Coordenar, nacionalmente, a implementação dos novos currículos, com diretrizes e programas de apoio.**

O Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), instituído em 2018, era o caminho pelo qual o Ministério da Educação coordenava, nacionalmente, a construção e a implementação dos novos currículos estruturados à luz da BNCC. No entanto, ele foi descontinuado no âmbito da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, ainda em 2020. Isso precisa ser revisto. A instituição de uma instância para garantir, nacional e permanentemente, acompanhamento, fomento e tomada de decisões estratégicas sobre as políticas pedagógicas da Educação brasileira é fundamental para o avanço da implementação dos novos currículos desenhados a partir da BNCC. Soma-se a isso o necessário apoio técnico e financeiro que o Ministério da Educação deve oferecer para

as redes de ensino alinharem seus elementos pedagógicos aos novos currículos, buscando maior coerência entre eles.

- **Aprimorar o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), alinhando-o à BNCC e às políticas pedagógicas das redes de ensino.**

No caso da manutenção do mesmo modelo vigente, os editais para aquisição dos materiais didáticos precisam ser alinhados à BNCC e assegurar um patamar de alta qualidade para as obras aprovadas. Destaca-se que, em paralelo ao aprimoramento do modelo vigente do PNLD, devem ser iniciadas discussões e estudos sobre a pertinência e a viabilidade (financeira e operacional) de uma reformulação mais profunda do programa no sentido da descentralização e maior customização das obras aos currículos estaduais e municipais.

- **Reformular as avaliações nacionais, promovendo mudanças e inovações à luz da BNCC.**

À luz da BNCC e dos novos currículos de estados e municípios, é preciso promover uma ampla reformulação das avaliações nacionais (como Saeb e Enem), para que possam estar alinhadas com as competências e habilidades previstas para as diferentes etapas da Educação Básica. Tais mudanças também exigirão uma reformulação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), cujas metas foram estabelecidas até o ano de 2021. É importante pensar numa nova composição do indicador, que possa incentivar ainda mais mudanças

pedagógicas nas redes, a redução da exclusão escolar (crianças e jovens fora do sistema educacional) e a diminuição das desigualdades existentes.

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA OS GOVERNOS ESTADUAIS

- **Coordenar a revisão dos Projetos Pedagógicos de cada unidade escolar.**

O Projeto Pedagógico (PP) é um documento próprio de cada unidade escolar, que projeta e orienta suas ações pedagógicas. A partir do novo currículo referenciado na BNCC, é importante que a Secretaria de Educação apoie as escolas em sua revisão, assegurando a oferta de diretrizes e orientações para que os PPs estejam alinhados aos direitos e objetivos de aprendizagem que os referenciais curriculares da rede de ensino trazem.

- **Garantir materiais pedagógicos de qualidade, alinhados aos currículos, para apoiar o trabalho dos professores.**

A Secretaria de Educação deve assegurar que os materiais enviados para as escolas estejam alinhados ao currículo local, de modo que apoiem os professores no desenvolvimento dos objetivos curriculares, com escopo, sequência e metodologia adequados e coerentes com as demais políticas educacionais da rede.

- **Estabelecer uma estrutura de formação continuada capaz de garantir a implementação dos novos currículos em cada sala de aula.**

Reitera-se a relevância da formação continuada de professores para que todos estejam devidamente preparados para trabalhar com os novos currículos. Nesse sentido, as formações ofertadas pelas Secretarias devem contemplar as características já destacadas anteriormente, que possuem respaldo da literatura informada pelas evidências, a saber: (i) ter foco no conhecimento pedagógico do conteúdo, que envolve o que e como ensinar o que se prevê no currículo; (ii) usar métodos ativos de aprendizagem; (iii) promover o trabalho coletivo entre docentes nas formações; (iv) possuir duração prolongada no tempo; e (v) ter alta coerência com outras políticas educacionais da rede de ensino (MORICONI *et al.*, 2017).

- **Reformular as avaliações da Secretaria de Educação à luz da BNCC e instituir bons instrumentos de devolutivas pedagógicas de seus resultados.**

Muitas Secretarias de Educação do país possuem seus sistemas próprios de avaliação da aprendizagem. A partir das competências e habilidades previstas nos novos currículos e dos demais elementos pedagógicos da Secretaria de Educação, é fundamental que esses sistemas sejam revistos e aprimorados. Também é preciso que se institua bons mecanismos de devolutivas pedagógicas dos resultados das avaliações para professores e gestores escolares.

- **Investir recursos em pesquisas aplicadas que produzam conhecimentos pedagógicos específicos.**

A partir da criação de linhas de fomento voltadas para universidades (públicas e privadas, nacionais e estrangeiras) e organizações especializadas, é preciso estimular a produção de conhecimentos teórico-práticos que possam subsidiar o processo pedagógico de maneira geral e, ao mesmo tempo, fortalecer a capacidade instalada nas redes de ensino.

6. EIXO 3: CAMINHOS ESPECÍFICOS POR CICLO

6.1 PRIMEIRA INFÂNCIA

Educação Infantil de qualidade, articulada a um atendimento integral na primeira infância

Evidências de estudos nacionais e internacionais mostram que intervenções adequadas durante a primeira infância (primeiros seis anos de vida) têm efeitos de longo prazo sobre os indivíduos (FMCSV, 2021; HECKMAN, 2002; NCPI, 2021)¹⁶. Esse é um período de rápido e forte desenvolvimento do cérebro, sendo considerado uma “janela de oportunidades”.

Dada essa relevância, são essenciais políticas para a primeira infância que promovam um atendimento integral e integrado de qualidade às crianças de 0 a 6

.....
 16 Este trabalho apresenta uma revisão bibliográfica de estudos que mostram a importância dos investimentos em políticas de primeira infância. Ele foi utilizado como referência para este primeiro trecho do texto.

anos, por meio de ações intersetoriais entre diferentes áreas (Educação, Saúde, Assistência Social e outras pastas), com governança bem estabelecida entre elas. Por mais que diversos serviços relacionados ao atendimento das crianças e suas famílias sejam questões de atribuição direta dos municípios, os governos federais e estaduais¹⁷ também possuem responsabilidade pelo cuidado da infância. Isso é fundamental para uma ação em escala nacional com equidade.

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA O GOVERNO FEDERAL

- **Estabelecer a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, buscando concretizar o que prevê o Marco Legal da Primeira Infância.**

É importante que o próximo governo federal avance na formulação e na implementação de uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, de acordo com o estabelecido no Marco Legal da Primeira Infância. Essa política deve ser construída a partir de uma abordagem e coordenação que articulem as diversas políticas setoriais. Isso envolve não apenas o fortalecimento de políticas próprias de diversos Ministérios (da Educação, Saúde, Cidadania, entre outros) relacionadas aos cuidados e ao desenvolvimento das crianças, mas a criação de uma governança nacional que assegure a articulação das ações.

Entre as principais políticas a serem constantemente

.....

¹⁷ O Programa Primeira Infância Melhor, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, é um exemplo de como governos estaduais podem se envolver em ações visando o desenvolvimento infantil. O programa foi lançado em 2003 e segue em andamento até os dias de hoje. Uma sistematização da experiência pode ser encontrada em Verch (2017).

fortalecidas e integradas estão a Estratégia Saúde da Família, as políticas de expansão e melhoria da qualidade da oferta da Educação Infantil e as ações de apoio às famílias que possuem crianças de 0 a 6 anos, via amplos programas de transferência de renda e apoio à parentalidade (por meio de visitação domiciliar¹⁸ ou atividades em grupos em centros específicos).

Ainda segundo o Marco Legal, a União deve oferecer assistência técnica na elaboração de planos estaduais, distritais e municipais para a primeira infância e criar um instrumento individual de registro unificado de dados do crescimento e desenvolvimento das crianças, acompanhado de sistema informatizado, para integração do monitoramento dos elementos que constituem a oferta dos serviços à criança.

- **Na Educação, criar política nacional de apoio à expansão do atendimento e melhoria da qualidade das creches e pré-escolas, em colaboração com estados e municípios.**

Especificamente na Educação, propõe-se a criação de uma política nacional de apoio à expansão e à qualificação da Educação Infantil, em que o MEC implementa ações próprias e coordena e apoia estratégias a serem adotadas de forma colaborativa entre governos estaduais e municipais em cada Unidade da Federação.

Entre as medidas mais importantes estão o suporte técnico

.....

¹⁸ Destaca-se, nesse caso, o Programa Criança Feliz, do Governo Federal, que, atualmente, é o maior programa de visitação domiciliar do mundo para a Primeira Infância. Ele é um programa importante para o país, mas precisa passar por aprimoramentos na próxima gestão, buscando avançar na qualidade das visitas oferecidas às famílias.

e um forte apoio financeiro para: (i) a universalização da pré-escola e a expansão do atendimento nas creches; (ii) a adoção dos parâmetros nacionais de qualidade da Educação Infantil; e (iii) a implementação dos novos currículos da Educação Infantil à luz da BNCC.

Destaca-se, ainda, a necessidade de um olhar específico para a Educação Infantil nas políticas nacionais de formação de professores e o avanço na discussão sobre sistemas de avaliação na Educação Infantil.

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA OS GOVERNOS ESTADUAIS

- **Estabelecer uma Política Estadual Integrada para a Primeira Infância, buscando concretizar o que prevê o Marco Legal da Primeira Infância.**

Assim como a União, os governos estaduais também possuem responsabilidade e relevante papel nas políticas de cuidado e desenvolvimento de crianças na primeira infância, devendo articular e apoiar os municípios na oferta de diferentes serviços. Propõe-se, então, que os estados criem suas Políticas Estaduais Integradas para a Primeira Infância, em colaboração com os governos municipais, com abordagem e coordenação intersetorial que articule as diversas políticas setoriais no território.

É preciso criar estratégias para que os serviços de Saúde, Educação Infantil e Assistência Social sejam mais articulados entre si, promovendo o atendimento integral às crianças. Isso é favorecido quando há maior proximidade territorial na sua oferta. Centros que agreguem esses e outros serviços fundamentais para a infância devem

ser criados e expandidos, especialmente para atender a população mais pobre com mais qualidade. Sobre a governança dessas iniciativas, vale mencionar que o Marco Legal sugere a criação, nos estados, de um comitê intersetorial de políticas públicas para a primeira infância, com a finalidade de assegurar essa articulação das ações.

- **Na Educação, apoiar os municípios na expansão do atendimento e na melhoria da qualidade das creches e pré-escolas.**

Com estrutura adequada na Secretaria Estadual de Educação para apoio aos municípios, é preciso implementar ações específicas buscando respaldar os esforços municipais que visam atender a demanda por creches, universalizar a pré-escola e promover melhorias de qualidade nesses dois ciclos da Educação Infantil, a partir da implementação de parâmetros de qualidade e dos novos currículos construídos à luz da BNCC. Três eixos importantes para esse apoio são: (i) suporte à gestão (por exemplo, ajudar os municípios a calcular a demanda por creche); (ii) infraestrutura (apoiar na construção ou reforma de creches nos municípios; e (iii) melhoria da qualidade (ofertar formação, materiais didáticos, entre outros).

6.2 ALFABETIZAÇÃO

Políticas voltadas à alfabetização na idade certa

A alfabetização de todas as crianças até o segundo ano do Ensino Fundamental, como prevê a Base Nacional Comum Curricular, deve ser uma das metas mais importantes a serem perseguidas pela sociedade brasileira. A não

alfabetização na idade certa resulta em crianças e jovens menos autônomos, com grandes dificuldades de acompanhar as aulas de todas as disciplinas, desestimulados e com altos riscos de desistir dos estudos.

O Brasil ainda tem níveis críticos de alfabetização e a pandemia agravou esse quadro, com efeitos mais graves nas crianças em situação de maior vulnerabilidade. Apesar dos desafios, há experiências nacionais que mostram como avançar significativamente em escala. Uma delas é o modelo de regime de colaboração do Ceará, iniciado em 2007, que tem se tornado uma referência para experiências semelhantes em outros estados nos últimos anos. Na prática, isso significa que os governos estaduais lançam mão, cada qual respeitando sua especificidade local, de políticas de alfabetização em regime de colaboração com os municípios do seu território. Essas se dão por meio de um conjunto sistêmico e integrado de ações de apoio e incentivo, para que consigam elevar os índices de alfabetização dos alunos (ABRUCIO; SEGATTO; PEREIRA, 2017; LOUREIRO *et al.*, 2020; TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2022b).

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA O GOVERNO FEDERAL

- **Reformular a Política Nacional de Alfabetização, no sentido de induzir a expansão de políticas em regime de colaboração que já estão avançando nos estados.**

Em 2019, o Ministério da Educação instituiu a Política Nacional de Alfabetização (PNA), mas é preciso que ela seja reformulada. É necessário mudar radicalmente a

lógica do desenho da política. As atuais ações da Política Nacional de Alfabetização são totalmente desarticuladas com as políticas estaduais de alfabetização em regime de colaboração, que, como já mostrado, mais de uma dezena de estados estão seguindo junto aos municípios, inspirados no êxito da experiência do Ceará.

Oferecer apoio e indução para acelerar o processo de expansão desse modelo no Brasil – por exemplo, via uma política de fomento financeiro e apoio técnico – deveria ser o caminho prioritário das políticas de alfabetização do Ministério da Educação. Por fim, é preciso que a reformulação do Saeb avance para dar mais clareza sobre a situação da alfabetização no território nacional.

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA OS GOVERNOS ESTADUAIS

- **Implementar programas de alfabetização em regime de colaboração com municípios, apoiando e induzindo melhorias em suas políticas.**

É primordial que os estados, em regime de colaboração com seus municípios, possam desenvolver uma política pública estruturada com foco na alfabetização das crianças logo no início do Ensino Fundamental – etapa em que grande parte das matrículas está na rede municipal. A inspiração para isso deve estar no reconhecido programa de alfabetização do Ceará (o Programa de Alfabetização na Idade Certa – Paic¹⁹, criado em 2007), que, como

.....

¹⁹ Desde 2015, o programa deixou de ter como foco apenas os primeiros anos do Ensino Fundamental, período em que ocorre o processo de alfabetização dos estudantes, e passou a apoiar as redes municipais em todo o Ensino Fundamental. Por essa razão, agora chama-se Programa de Aprendizagem na Idade Certa (Mais Paic).

mencionado, apresenta resultados expressivos²⁰.

Em linhas gerais, um programa dessa natureza precisa contemplar uma sólida estrutura na Secretaria Estadual de Educação que seja capaz de ofertar apoio técnico para os municípios, especialmente no que diz respeito ao suporte à gestão da Secretaria Municipal e a elementos pedagógicos para a alfabetização. Além disso, são fundamentais os mecanismos de incentivos, que englobam o pagamento de bolsas para envolvimento no programa, premiação para escolas de maior desempenho e um desenho de distribuição do ICMS que repassa recursos com base em resultados de aprendizagem. É a combinação coordenada de apoio e incentivo, que, a partir de intenso diálogo e pactuação com os municípios, potencializa o impacto de programas como esse.

6.3 ANOS FINAIS

- **Construção de uma nova concepção de escola para os anos finais do Ensino Fundamental**

Os anos finais do Ensino Fundamental, no Brasil, ainda são marcados por baixos níveis de aprendizagem e trajetórias bastante irregulares dos alunos, com taxas de reprovação, abandono e evasão escolar muito superiores em relação aos anos iniciais, ainda que menores em relação ao Ensino Médio. Problemas esses que, vale destacar, atingem com muito mais intensidade os estudantes negros e mais pobres do

.....
²⁰ O Ceará teve o melhor resultado entre as redes públicas no Saeb – 2º ano. Realizado de forma amostral, possui o terceiro melhor resultado entre as redes públicas no Ideb dos anos iniciais do Ensino Fundamental e é o estado com menor diferença de níveis de aprendizagem entre os estudantes mais ricos e mais pobres nessa etapa.

país e que devem aprofundar-se com os impactos da pandemia. Ainda que a melhoria dos indicadores de aprendizagem nos anos iniciais seja crucial para atenuar parte importante dos desafios, é essencial reestruturar a oferta desse ciclo no Brasil, que tem características muito específicas.

As políticas públicas para os anos finais ainda estão, de modo geral, em caráter incipiente no país e são poucas as experiências de destaque capazes de inspirar novos caminhos²¹. Por essa razão, trazer as especificidades dos anos finais para o centro do debate educacional e refletir sobre os caminhos possíveis para a melhoria dos resultados desta etapa é essencial.

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA O GOVERNO FEDERAL

- **Estabelecer programa de apoio e indução para que estados e municípios, em colaboração, aprimorem suas políticas para os anos finais do Ensino Fundamental.**

É importante que o MEC estruture um programa específico para os anos finais do Ensino Fundamental e busque coordenar e apoiar estratégias conjuntas entre estados e municípios em cada Unidade da Federação. O programa precisa oferecer apoio financeiro e técnico (com diretrizes, orientações e disponibilização gratuita de ferramentas e sistemas) para que as Secretarias de Educação consigam fazer um diagnóstico de seus

.....
²¹ A iniciativa Faz Sentido apresenta uma série de referências que podem apoiar gestores públicos em suas políticas para os anos finais do Ensino Fundamental. Saiba mais em: <https://fazsentido.org.br/referencias/>.

principais desafios e criem ou reestruturem suas políticas voltadas para os anos finais.

Deve-se formular e implementar políticas que viabilizem uma nova concepção de escola, mais engajadora e capaz de garantir o desenvolvimento integral dos estudantes. Inovações curriculares, como a instituição de disciplinas eletivas e discussão de projeto de vida, devem ser promovidas e adaptadas ao contexto dessa etapa. Por fim, a expansão da carga horária nas escolas deve receber prioridade no apoio do MEC às redes, sendo entendida como estratégia fundamental para permitir um modelo pedagógico realmente adequado ao desenvolvimento integral dos alunos.²²

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA OS GOVERNOS ESTADUAIS

- **Instituir um conjunto de estratégias buscando uma nova concepção de escola de anos finais do Ensino Fundamental.**

As Secretarias de Educação devem partir da visão de que, tal como na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o estado também deve se articular e colaborar com os municípios no avanço da qualificação da oferta dos anos finais. A busca deve ser por uma nova concepção de escola mais engajadora e capaz de garantir o desenvolvimento integral dos estudantes. É essencial a implementação das medidas já apresentadas anteriormente neste guia, respeitando

.....

²² “Em 2020, apenas 7,7% das matrículas de Anos Finais eram em tempo integral” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2022a, p. 60).

as especificidades da etapa. Além disso, deve-se pensar em inovações a serem desenvolvidas e testadas nas escolas de anos finais, tais como a oferta de disciplinas eletivas, de projeto de vida, programas de tutoria, uso de metodologias ativas de aprendizagem e incentivos ao protagonismo do adolescente. Os estados também devem priorizar a expansão da carga horária na etapa, entendendo-a como estratégia que pode viabilizar modelos de escola realmente voltados para a oferta de uma Educação integral.

6.4 ENSINO MÉDIO

Reformulação na oferta do Ensino Médio

O Ensino Médio é a etapa da Educação Básica brasileira com resultados mais críticos. Isso é causado por uma combinação de fatores que envolvem problemas originados em séries anteriores e por especificidades da etapa e do período de vida dos jovens que a cursam.

Em 2016, o Governo Federal publicou uma medida provisória, posteriormente convertida em lei²³, que abarcou uma parte considerável de importantes elementos até então debatidos, instituindo o que chamou, à época, de Novo Ensino Médio. Entre seus elementos mais importantes estão: i) um novo desenho curricular, que busca ser mais diversificado e flexível, em que todos os alunos cursarão uma formação geral básica referenciada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e deverão ter a possibilidade de escolher se

.....

²³ Medida Provisória nº 746/2016 foi, posteriormente, convertida na Lei nº 13.415/2017.

aprofundar em alguns componentes curriculares ou trilhar uma formação técnica e profissional, nos chamados “itinerários formativos”;²⁴ e (ii) a expansão da carga horária dos estudantes nas escolas: das 800 horas anuais vigentes até 2021 para 1.400 horas ao ano.

Vale ressaltar a oferta aos jovens da opção pela formação profissional e técnica, que é uma oportunidade de promover a inclusão produtiva qualificada de forma integrada no Ensino Médio regular.

Além disso, como já citado, a legislação recém-introduzida prevê um aumento substancial da carga horária na etapa. Nesse sentido, cabe destacar a importância da expansão das escolas de Ensino Médio integral, que vêm se consolidando nos últimos anos e demonstrando ótimos resultados²⁵ (INSTITUTO SONHO GRANDE, 2019; KAWAHARA, 2019; ROSA *et al.*, 2020; ARAÚJO *et al.*, 2020). A experiência iniciada em Pernambuco, em 2003, e expandida na última década vem inspirando diversos outros estados, que também são apoiados pelo Governo Federal desde 2017²⁶.

.....

24 Na definição do Ministério da Educação, “os itinerários formativos são o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho, que os estudantes poderão escolher no ensino médio. Os itinerários formativos podem se aprofundar nos conhecimentos de uma área do conhecimento e da formação técnica e profissional (FTP) ou mesmo nos conhecimentos de duas ou mais áreas e da FTP.” Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/40361-novo-ensino-medio-duvidas>.

25 Além dos melhores resultados educacionais das escolas de Ensino Médio integral, há análises indicando efeitos para os jovens no acesso ao Ensino Superior e no mercado de trabalho. Estudo realizado com egressos do Ensino Médio integral do estado de Pernambuco constatou probabilidades maiores desses estudantes ingressarem no Ensino Superior, além de terem maior salário mensal e trabalharem em setores de alta qualificação. Adicionalmente, verificou-se que o ensino integral foi capaz de zerar a diferença salarial (13%) entre egressos negros e brancos, bem como de ampliar a chance de ingresso de mulheres no mercado de trabalho.

26 Por meio da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI).

A implementação deste conjunto de mudanças no Ensino Médio tem sido um imenso desafio para os governos estaduais e, além disso, foi fortemente impactada pela pandemia. Para que obtenha êxito do ponto de vista nacional, a continuidade desse processo exige, portanto, um papel ativo do Ministério da Educação no sentido de sistematizar os gargalos já encontrados, promover ajustes necessários e, sobretudo, apoiar os estados na implementação dos seus respectivos esforços.

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA O GOVERNO FEDERAL

- **Instituir estratégias de apoio e indução à reformulação do Ensino Médio, a partir da nova estrutura curricular, à maior integração com a Educação Profissional e Tecnológica e à expansão das escolas de Ensino Médio integral.**

O Ministério da Educação possui um papel fundamental para que as profundas mudanças necessárias no Ensino Médio sejam implementadas com qualidade nas redes de ensino. Reforça-se, aqui, a necessidade de ajustes no Enem e no Saeb do Ensino Médio, que são avaliações nacionais com forte poder de indução. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) precisa seguir sendo aprimorado. Além disso, é preciso que o Ministério fortaleça substancialmente sua política de apoio técnico e financeiro às Secretarias Estaduais.

Apoiar a elaboração, a homologação e a implementação dos novos currículos é uma das ações necessárias nos

próximos meses e anos. A oferta da formação técnica e profissional no Ensino Médio regular precisa de particular atenção, a fim de aumentar o número de matrículas nessa modalidade e para que a estruturação de seus itinerários formativos seja feita de forma robusta. Por fim, partindo do entendimento de que a real reformulação no Ensino Médio brasileiro, com consequente salto expressivo em sua qualidade, se dará por meio da expansão das escolas de Ensino Médio integral, o Ministério da Educação precisa dar continuidade e fortalecer seu programa de apoio a esse avanço.

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA OS GOVERNOS ESTADUAIS

- **Implementar uma reformulação da oferta do Ensino Médio, a partir da nova estrutura curricular, com maior integração com a Educação Profissional e Tecnológica e expansão das escolas de Ensino Médio integral.**

As Secretarias Estaduais de Educação têm o imenso desafio de liderar a reformulação da oferta de Ensino Médio nos estados em conjunto com os Conselhos Estaduais de Educação. O primeiro passo para isso é a elaboração e a aprovação de referenciais curriculares e de regulamentações a respeito da nova estrutura do Ensino Médio. A partir disso, deve-se iniciar a implementação da reformulação dessa etapa nas escolas, por meio de um planejamento robusto²⁷. As políticas pedagógicas da

²⁷ O Guia de Implementação do Novo Ensino Médio, construído em 2018 pelo MEC, Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e Foncede (Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação), apresenta caminhos para que isso aconteça na prática.

Secretaria de Educação (como as avaliações, os materiais didáticos e a formação de professores) precisarão ser alinhadas à nova estrutura curricular. É fundamental que os professores e os estudantes sejam constantemente ouvidos e o protagonismo juvenil ganhe espaço nas atividades escolares.

Na flexibilização curricular, um ponto de atenção é garantir uma oferta diversa de itinerários formativos em todas as escolas, entendendo o contexto de cada uma delas. A estruturação dos itinerários voltados à formação técnica e profissional precisa receber alta prioridade, dada a complexidade e a relevância da maior integração da Educação Profissional e Tecnológica com o Ensino Médio.

Como já mencionado, defende-se, nessa agenda sistêmica, que a expansão das escolas de Ensino Médio integral seja vista como um grande caminho para um salto de qualidade na etapa, incorporando a implementação da reformulação curricular prevista em lei e tendo a expansão da carga horária como um viabilizador de novos projetos de escola.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Está mais do que na hora de o Brasil cuidar do seu povo. Em um país com tantas necessidades e tão desigual, um tema é comum: a Educação. Sozinha, a Educação Básica de qualidade não resolverá todos os problemas, mas ela é central para o desenvolvimento de qualquer nação. Sem Educação de qualidade, o Brasil não será capaz de superar seus desafios mais complexos e profundos. Ela é fundamental para que se garanta aos cidadãos sua plena liberdade, permitindo que cada um atinja seus potenciais para definir e alcançar seus objetivos de vida, sejam eles quais forem.

Portanto, é essencial que a oferta de uma Educação Básica de qualidade para todos torne-se uma prioridade daqueles que querem discutir um projeto de país justo, democrático, inclusivo e sustentável.

Precisamos tirar do perverso ciclo de pobreza todos que lá estão e preparar as crianças e os jovens brasileiros para os desafios dos tempos atuais e futuros. As recomendações aqui apresentadas mostram que o desafio é complexo, mas, ao mesmo tempo, evidenciam que há caminhos a serem seguidos. O país precisa, mais do que nunca, de uma agenda sistêmica para a Educação Básica à altura da centralidade que o tema merece.



SOBRE O TODOS PELA EDUCAÇÃO

O Todos Pela Educação é uma organização não governamental, sem ligação com partidos políticos, mas que dialoga com todos, e que não recebe recursos de nenhum governo. Nosso propósito é melhorar o Brasil, impulsionando a qualidade e a equidade da Educação Básica pública. Por isso, atuamos para impactar a política pública de forma a garantir uma Educação Básica de qualidade para todas as crianças e jovens do País. Fazemos isso produzindo estudos e pesquisas, promovendo a mobilização de atores-chave do cenário nacional e articulando com o Poder Público as medidas mais necessárias para alavancar melhorias nos sistemas de ensino.

Saiba mais em todospelaeducacao.org.br.

.....

SOBRE A RAPS

A Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – Raps é uma organização suprapartidária que busca contribuir para a melhoria da democracia e do processo político brasileiro, por meio da formação, conexão, apoio e desenvolvimento de lideranças políticas comprometidas com a sustentabilidade.

São pessoas que já estão no exercício de cargos eletivos ou que pretendem se candidatar e que têm diferentes visões de mundo e ideologias, mas estão ligadas pelo desejo comum de construir um país mais justo, com mais oportunidades, melhor qualidade de vida para todos e com respeito aos recursos naturais.

Para nós da Raps, a democracia se constrói no encontro entre os iguais e os diferentes. Aqui, criamos um espaço seguro e respeitoso de diálogo sobre os principais desafios políticos, sociais, econômicos e ambientais do país, sempre tendo como referência o conhecimento técnico e científico e a análise de especialistas. A partir dessas reflexões, incentivamos que as lideranças construam em conjunto ações que possam potencializar a transformação que queremos para o país.

Saiba mais em www.raps.org.br.



REFERÊNCIAS

ABREU, M.; MARTINS, R. **Sistema Nacional de Educação e o Regime de Colaboração entre os entes federados**: documento de sistematização das discussões de grupo de trabalho promovido pelo Movimento Colabora Educação para a identificação de desafios de coordenação e pactuação das políticas públicas na educação brasileira e a importância da regulamentação de sistema nacional para o setor. [S.l.]: Movimento Colabora Educação, 2019.

ABRUCIO, F. L.; FRANZESE, C. Efeitos recíprocos entre federalismo e políticas públicas no Brasil: os casos dos sistemas de saúde, de assistência social e de educação. *In*: HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. (Org.). **Federalismo e políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p. 361–386.

ABRUCIO, F. L.; SEGATTO, C.; PEREIRA, M. C. **Regime de Colaboração no Ceará**: funcionamento, causas do sucesso e alternativas de disseminação do modelo. São Paulo: Instituto Natura, 2017.

ARAÚJO, D.; BAYMA, G.; Melo, C.; MENDONÇA, M.; SAMPAIO, L. Do Extended School Day Programs Affect Performance in College Admission Tests? **Brazilian Reviews of Econometrics**, Rio de Janeiro, v. 40, p. 232–266, 2020.

BARBER, M.; MOURSHED, M. **How the World's Best-Performing School Systems Come Out on Top**. Washington, DC: McKinsey, 2007.

BLOOM, N. *et al.* Does management matter in schools?. **The Economic Journal**, 125(584), 647-674, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituir um Sistema Nacional de Educação**: agenda obrigatória para o país. Brasília: SASE/MEC, 2015. 13 p.

BROOKE, N.; SOARES, J. F. (Eds.). **Pesquisa em eficácia escolar**: origem e trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BRUNS, B.; LUQUE, J. **Professores excelentes**: como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe. Washington, DC: World Bank, 2015.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO (CAEd). **O impacto da pandemia na educação**: avaliação amostral da aprendizagem dos estudantes. Juiz de Fora: CAEd/UFJF; São Paulo: Governo do Estado, 2021.

DARLING-HAMMOND, L.; LAPOINTE, M.; MEYERSON, D.; ORR, M. T.; COHEN, C. **Preparing School Leaders for a Changing World**: Lessons from Exemplary Leadership Development Programs. Stanford: Stanford Educational Leadership Institute, 2007.

DARLING-HAMMOND, L.; BURNS, L.; CAMPBELL, C.; GOODWIN, A. L.; HAMMERNESS, K.; LOW, E. L.; MCINTYRE, A.; SATO, M.; ZEICHNER, K. **Empowered educators**: How High-Performing Systems Shape Teaching Quality around the World. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 2017.

ELACQUA, G.; HINCAPIÉ, D.; VEGAS, E.; ALONSO, M. **Profissão professor na América Latina**: por que a docência perdeu prestígio e como recuperá-lo? Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2018.

FULLAN, M. **The Principal**: Three Keys to Maximizing Impact. Nova York: John Wiley & Sons Inc., 2014.

FULLAN, M.; QUINN, J. **Coherence**: The Right Drivers in Action for Schools, Districts, and Systems. California: Corwin Press; Toronto: Ontario Principals' Council, 2015.

FULLAN, M.; GALLAGHER, M. J. **The devil is in the details**: system solutions for equity, excellence, and student well-being. California: Corwin Press, 2020.

FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL (FMCSV). **Eleja as crianças**: como o seu governo pode se tornar um campeão da Primeira Infância. São Paulo: FMCSV, 2021.

GRISSOM, J. A.; EGALITE, A. J.; LINDSAY, C. A. **How Principals Affect Students and Schools**: A Systematic Synthesis of Two Decades of Research. New York: The Wallace Foundation, 2021.

HARGREAVES, A.; FULLAN, M. **Professional capital**: transforming teaching in every school. New York: Teachers College Press, 2012.

HATTIE, J. **What Works Best in Education**: the politics of collaborative expertise. London: Pearson, 2015.

HECKMAN, J. J. Skill Formation and the Economics of Investing in Disadvantaged Children. *Science*, Washington, DC, v. 312, n. 5782, p. 1900–1902, jun. 2006.

INSTITUTO SONHO GRANDE. **Mais integral, mais oportunidades**: um estudo sobre a trajetória dos egressos da rede estadual de ensino de Pernambuco. Pernambuco: Instituto Sonho Grande, 2019.

KAWAHARA, L. M. **Understanding the Impacts of a Full-Time Schooling Program**. 2019. 91 f. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) – Escola de Economia, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2019.

LOUREIRO, A., CRUZ, L., LAUTHARTE, I., EVANS, D. **O Ceará é um modelo para reduzir a pobreza de aprendizagem**. [S.l.]: World Bank Group Education, 2020.

MEHTA, J. **The Allure of Order**: High Hopes, Dashed Expectations, and the Troubled Quest to Remake American Education. New York: Oxford University Press, 2013.

MORICONI, G. et al. **Formação Continuada de Professores**: Contribuições da Literatura Baseada em Evidências. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Relatórios técnicos, 52, 2017.

NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA (NCPI). **Primeira Infância**. São Paulo: NCPI, 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **A Educação no Brasil**: uma perspectiva internacional. Tradução de Todos

Pela Educação. São Paulo: Todos Pela Educação, 2021.

PAYNE, C. M. **So Much Reform, So Little Change**: The Persistence of Failure in Urban Schools. Cambridge: Harvard Education Press, 2008.

PRITCHETT, L. Creating Education Systems Coherent for Learning Outcomes. **RISE Working Paper**, Oxford, v. 15, n. 5, p. 1–47, 2015.

RAWKINS, C.; FIGUEROA, D. T.; SAUNDRES, S.; PEREIRA, T. M. Education Policy Outlook: Brasil: com foco em políticas nacionais, subnacionais e internacionais. [S.l.]: Itaú Social, 2021.

ROSA, L.; BETTINGER, E.; CARNOY, M.; DANTAS, P. The Effects of Public High School Subsidies on Student Test Scores: The Case of a Full-Day High School in Pernambuco, Brazil. **Economics of Education Review**, Tennessee, v. 87, Apr. 2022.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G.; FONSECA, J. A. Trajetórias educacionais como evidência da qualidade da educação básica brasileira. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 38, p. 1–21, 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Acompanhamento das metas de monitoramento público**: meta 3. São Paulo: Todos Pela Educação, 2019.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Aprendizagem na Educação Básica**: detalhamentos do contexto pré-pandemia. São Paulo: Todos Pela Educação, 2021a.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Sistema Nacional de Educação**: pontos essenciais para instituir o Sistema Nacional de Educação e dimensões norteadoras para a tramitação no Congresso Nacional. Nota Técnica. São Paulo: Todos Pela Educação, 2021b.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação que dá certo**: o caso de Sobral (CE). Construindo uma gestão escolar efetiva em todas as escolas. São Paulo: Todos Pela Educação, 2021c.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação já 2022**: contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na educação básica brasileira. São Paulo: Todos Pela Educação, 2022a.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação que dá certo**: o caso do Ceará: ampliando as oportunidades de aprendizagens para todos. São Paulo: Todos Pela Educação, 2022b.

VERCH,, K. **Primeira Infância Melhor. Transformando a atenção aos primeiros anos de vida na América Latina**: desafios e conquistas de uma política pública no sul do Brasil. Banco Interamericano de Desenvolvimento e Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2017.

